

Data: 05/10/2022

Veículo: Tribuna Online

Título: Governo faz novo bloqueio de verbas para as universidades federais

Link:

<https://tribunaonline.com.br/cidades/governo-faz-novo-bloqueio-de-verbas-para-as-universidades-federais-125323>

Governo faz novo bloqueio de verbas para as universidades federais

Corte chega a R\$ 2,4 bilhões do orçamento do Ministério da Educação deste ano

Paulo Saldaña, da Agência Folhapress | 05/10/2022 21:37 h



O governo Jair Bolsonaro bloqueou R\$ 2,4 bilhões do orçamento do MEC (Ministério da Educação) deste ano. Os impactos recaem sobre as atividades da pasta e também sobre universidades e institutos federais de educação, que têm passado por enxugamentos.



Universidade Federal do Espírito Santo: orçamento reduzido | Foto: Thiago Coutinho - 01/05/19

O bloqueio foi anunciado nesta quarta-feira (5) em ofício enviado para as federais, que criticam a decisão e temem pela continuidade dos serviços.

PUBLICIDADE



Os R\$ 2,4 bilhões representam 11,4% da dotação atual de despesas discricionárias do ministério. São as despesas de livre movimentação, sem levar em conta salários e transferências obrigatórias, por exemplo.

O MEC e o Ministério da Economia foram questionados sobre o corte, mas não responderam até a publicação deste texto.

Segundo o documento encaminhado para as universidades e institutos, os bloqueios recaem no orçamento discricionário e emendas parlamentares, inclusive as de relator –também conhecidas como orçamento secreto.

Para as instituições federais de ensino, há redução de 5,8% nos limites de movimentação e empenho. O governo já fez um estorno referente a esse percentual na terça-feira (4).

Com esse bloqueio, os institutos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica acumulam uma perda de R\$ 300 milhões. Foram congelados R\$ 147 milhões agora e o restante havia sido cortado em junho.

Nas universidades federais, os cortes do meio do ano e o de agora perfazem uma perda de R\$ 763 milhões com relação ao que havia sido aprovado no orçamento deste ano.

"Diante desse contexto financeiro e orçamentário caótico, quem perde é o estudante, que será impactado na continuidade de seus estudos, pois os recursos da assistência estudantil são fundamentais para a sua permanência na instituição", diz nota da Conif, conselho que agrega os institutos técnicos e profissionais do país.



Segundo a entidade, "transporte, alimentação, internet, chip de celular, bolsas de estudo, dentre outros tantos elementos essenciais para o aluno não poderão mais ser custeados pelos Institutos Federais, pelos Cefets e Colégio Pedro II".

A Andifes, que reúne os reitores das universidades federais, publicou nota em que afirma que o corte pode inviabilizar o funcionamento das instituições até o fim do ano.

"Essa limitação estabelecida pelo Decreto, que praticamente esgota as possibilidades de pagamentos a partir de agora, é insustentável", diz a nota.

Um decreto publicado pelo governo no dia 30 de setembro definiu os limites de movimentação de empenho do MEC e de outros ministérios. No texto, há perspectiva de liberação dos limites cortados no mês de dezembro, mas não há certeza de que os recursos serão revistos.

Congelamento

Além disso, há queixas de que os congelamentos ocorridos deste ano inviabilizam o planejamento, como ainda ressalta a nota da Andifes.

"Lamentamos, por fim, a edição deste Decreto que estabelece limitação de empenhos quase ao final do exercício financeiro, mais uma vez inviabilizando qualquer forma de planejamento institucional, quando se apregoa que a economia nacional estaria em plena recuperação. E lamentamos também que seja a área da educação, mais uma vez, a mais afetada pelos cortes ocorridos."



A área da educação sofre cortes sistemáticos sob o governo Bolsonaro. O jornal Folha de S.Paulo mostrou em setembro que os gastos com construção de creches caem fortemente, ano a ano, desde 2019.

O MEC terminou 2021 com R\$ 101 milhões pagos para obras de creches em prefeituras. Trata-se de uma redução de 80% com relação a 2018, último ano do governo Michel Temer (MDB), quando a cifra foi de R\$ 495 milhões, em valores atualizados a preços de 2021.

No orçamento de 2023, a previsão é da retirada de R\$ 1 bilhão da educação básica. O cenário negativo para a educação infantil se intensifica: os recursos previstos para a etapa caem 96% com relação ao projeto deste ano. Passa de R\$ 151 milhões para apenas R\$ 5 milhões, como ressalta análise do Movimento Todos Pela Educação.

Já as instituições federais de ensino superior passam por reduções de orçamento ao menos desde 2015. Sob o governo Bolsonaro, enfrentam cortes e congelamentos –a UFRJ, federal do Rio de Janeiro, por exemplo, chegou a ameaçar fechar as portas no ano passado.